

Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Tucano F4 Geração de Energia SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F4 Geração de Energia SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



EY

Building a better
working world

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de junho de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

TUCANO F4 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	39	37
Investimentos de curto prazo	3	37.379	27.175
Contas a receber de clientes		265	-
Contas a receber partes relacionadas		4.687	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.046	458
Outros tributos a recuperar		1	440
Outros ativos	4	1.314	13.879
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		44.731	41.989
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados		2.391	2.117
Outros ativos	4	3	-
Imobilizado, líquido	5	208.145	152.597
Intangível, líquido		335	3.077
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		210.874	157.791
TOTAL DO ATIVO		255.605	199.780
	Notas	2023	2022
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		538	459
Empréstimos e financiamentos	6	5.059	1.825
Passivo de arrendamento		50	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		180	10
Outros tributos a pagar		7	3
Dividendos a pagar		546	191
Outras obrigações	7	8.745	111
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		15.125	2.599
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	6	96.581	86.984
Passivo de arrendamento		5.012	3.535
Tributos diferidos		116	427
Outras obrigações	7	2.381	548
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		104.090	91.494
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		108.259	95.894
Reserva de lucros		28.131	9.793
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	136.390	105.687
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		255.605	199.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F4 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	9	29.045	13.371
Custo de produção e operação de energia	10	<u>(7.448)</u>	<u>(2.162)</u>
LUCRO BRUTO		<u>21.597</u>	<u>11.209</u>
Gerais e administrativas		(29)	(21)
Outras (despesas) receitas operacionais		<u>(6)</u>	<u>14</u>
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(35)</u>	<u>(7)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		<u>21.562</u>	<u>11.202</u>
Receitas financeiras		4.674	4.296
Despesas financeiras		<u>(5.249)</u>	<u>(4.320)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	11	<u>(575)</u>	<u>(24)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		20.987	11.178
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.606)	(691)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>312</u>	<u>(427)</u>
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	12	<u>(2.294)</u>	<u>(1.118)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>18.693</u>	<u>10.060</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO F4 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.693	10.060
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	18.693	10.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO F4 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		87.591	(15.718)	-	-	(77)	71.796
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.060	10.060
Aumento de capital		8.303	-	-	-	-	8.303
Integralização de capital		-	15.718	-	-	-	15.718
Constituição de reserva legal		-	-	499	-	(499)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	9.294	(9.294)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(190)	(190)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8	95.894	-	499	9.294	-	105.687
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.693	18.693
Aumento de capital		12.365	-	-	-	-	12.365
Constituição de reserva legal		-	-	935	-	(935)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	17.403	(17.403)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(355)	(355)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	108.259	-	1.434	26.697	-	136.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F4 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Lucro Líquido do exercício		18.693	10.060
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10	4.894	409
Atualização monetária	11	525	2.058
Juros sobre arrendamento	11	126	-
Encargos financeiros de dívidas	11	6.667	1.207
Amortização do custo de transação	11	-	22
Tributos e contribuições sociais diferidos	12	(312)	427
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	11	(4.384)	(4.025)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11	(281)	(153)
		25.928	10.005
Variação de ativos e passivos operacionais		15.443	(11.282)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		3.840	1.938
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(693)	(560)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	6	(1.918)	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(126)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		42.474	101
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	(52.599)	(81.836)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		(9.770)	(25.509)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(62.369)	(107.345)
Atividades de financiamentos:			
Ingressos de novos empréstimos	6	9.588	86.304
Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)	6	-	(782)
Pagamento de empréstimos (principal)	6	(2.031)	-
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(32)	(305)
Aumento de capital	8	12.365	8.303
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		7	(1.992)
Integralização de capital		-	15.718
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		19.897	107.246
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2	2
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		37	35
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		39	37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 02 de dezembro de 2019, com sede na Fazenda Carrancudo, s/nº, Bairro Zona Rural Biritinga, na cidade de Biritinga, Estado da Bahia, e tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica.

A Companhia é controlada diretamente pela AES Tucano Holding II S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”), Resolução Autorizada (“REA”) conforme portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”) para comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”):

Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
ACL	REA 8819/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,9

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

Comercialização de energia

Em 03 de setembro de 2020 a Companhia firmou um contrato de compra e venda de energia com a AES Brasil Operações S.A. e em parceria com a Anglo American Níquel Brasil Ltda., para fornecimento de 70 MW médio pelo período de 15 anos, que deu início em fevereiro de 2023.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 26 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Políticas contábeis e estimativas

A principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.3 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.7 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos e curto prazo"

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	39	37
Subtotal	39	37
Investimentos de curto prazo		
CDB-DI	37.379	27.175
Subtotal	37.379	27.175
Total	37.418	27.212

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2023 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 102,57% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,63% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

4 OUTROS ATIVOS

	2023	2022
Circulante		
Multas por atrasos (i)	1.310	13.879
Contas a receber de partes relacionadas	4	-
Subtotal	1.314	13.879
Não circulante		
Impostos a compensar	3	-
Subtotal	3	-
Total	1.317	13.879

- (i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	20.542	(800)	19.742
Máquinas e equipamentos	3,81%	189.318	(4.496)	184.822
Imobilizado em serviço		209.860	(5.296)	204.564
Imobilizado em curso		-	-	140.228
Bens vinculados às concessão e autorizações		209.860	(5.296)	204.564
Direito de uso de terreno arrendado (i)	3,23%	3.938	(357)	3.581
Total Imobilizado		213.798	(5.653)	208.145

- (i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 31 anos e depreciados a uma taxa média de 3,23%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Juros capitalizados	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.356	-	-	-	-	15.186	20.542
Máquinas e equipamentos	5.222	-	-	2.196	-	181.900	189.318
Imobilizado em serviço	10.578	-	-	2.196	-	197.086	209.860
Imobilizado em curso	140.228	52.599	-	-	2.155	(194.982)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	150.806	52.599	-	2.196	2.155	2.104	209.860
Direito de uso de terreno arrendado	2.501	-	1.437	-	-	-	3.938
Subtotal	153.307	52.599	1.437	2.196	2.155	2.104	213.798
Depreciação / Amortização arrendamento	(710)	(4.894)	(56)	-	-	7	(5.653)
Total Imobilizado	152.597	47.705	1.381	2.196	2.155	2.111	208.145

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.116	-	1.240	5.356
Máquinas e equipamentos	5.090	-	132	5.222
Imobilizado em serviço	9.206	-	1.372	10.578
Imobilizado em curso	60.857	81.836	(2.465)	140.228
Bens vinculados às concessão e autorizações	70.063	81.836	(1.093)	150.806
Direito de uso de terreno arrendado	2.925	(424)	-	2.501
Subtotal	72.988	81.412	(1.093)	153.307
Depreciação / Amortização arrendamento	(210)	(500)	-	(710)
Total Imobilizado	72.778	80.912	(1.093)	152.597

- (i) Referem-se principalmente à transferências do intangível para o imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

6.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2023									
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Banco do Nordeste do Brasil - (BNB)	2045	IPCA + 2,26%	4.647	453	(41)	5.059	89.250	8.010	(679)	96.581	101.640
Total de Empréstimos e financiamentos			4.647	453	(41)	5.059	89.250	8.010	(679)	96.581	101.640

		2022									
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Banco do Nordeste do Brasil - (BNB)	2045	IPCA + 2,26%	1.797	68	(40)	1.825	84.507	3.197	(720)	86.984	88.809
Total de Empréstimos e financiamentos			1.797	68	(40)	1.825	84.507	3.197	(720)	86.984	88.809

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

6.2 A movimentação da dívida é como segue:

	Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-
Ingressos	86.304
Encargos financeiros	1.207
Variação monetária	2.058
Diferimento dos custos de transação	(782)
Amortização dos custos de transação	22
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.809
Ingressos	9.588
Encargos financeiros	6.627
Variação monetária	525
Pagamento de principal	(2.031)
Pagamento de encargos financeiros	(1.918)
Amortização dos custos de transação	40
Saldos em 31 de dezembro de 2023	101.640

6.3 Características da dívida

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Financiamento - BNB	86.304	01/04/2022	IPCA + 2,26%	Mensal (a partir de agosto de 2023)	Mensal (a partir de agosto de 2023)	101.640	Julho/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II

6.4 Parcelas relativas ao principal de empréstimos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Empréstimos	Encargos	Custos de transação	Total
2025	4.473	401	(42)	4.832
2026	4.578	411	(42)	4.947
2027	4.724	424	(42)	5.106
2028	4.937	443	(42)	5.338
2029	5.218	471	(41)	5.648
2030 em diante	65.320	5.860	(470)	70.710
Total	89.250	8.010	(679)	96.581

6.5 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
----------	----------

Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ICSD: $\geq 1,1x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

7 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Circulante		
Partes relacionadas	5	111
Outros (i)	8.740	-
Subtotal	8.745	111
Não circulante		
Retenções contratuais	55	41
Meio ambiente	1.803	-
Desmobilização	386	-
Outros	137	507
Subtotal	2.381	548
Total	11.126	659

- (i) Variação refere-se às obrigações relativas ao fornecimento de turbinas e equipamentos, que foram reclassificadas da rubrica de Fornecedores para posterior compensação com o ativo decorrente de multas previstas em contrato, que estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* por atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico. Em junho de 2023 houve a compensação com o ativo no montante de R\$ 29.253.

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023	2022
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
AES Tucano Holding II S.A	108.258.798	95.894.513
Total das ações ordinárias	108.258.798	95.894.513

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$108.259 (R\$95.894 em 31 de dezembro de 2022), composto por 108.258.798 (95.894.513 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$12.365. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

8.2 RESERVAS DE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$935 (R\$499 em 31 de dezembro de 2022) através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$17.403 (R\$9.294 em 31 de dezembro de 2022) a título de reserva de investimentos.

8.3 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$ 355 (R\$190 em 31 de dezembro de 2022) a título de dividendos mínimos obrigatórios.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	2023	2022
Partes relacionadas	12.543	-
Lucro cessante (i)	16.210	13.879
Mercado de curto prazo	1.297	-
Receita operacional bruta	30.050	13.879
(-) PIS e COFINS	(1.005)	(506)
(-) ICMS	-	(2)
Receita operacional líquida	29.045	13.371

- (i) Refere-se a multa previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
<u>Custo da produção de energia elétrica</u>		
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.493)	(1.732)
Taxa de fiscalização ANEEL	(2)	-
Subtotal	(2.495)	(1.732)
<u>Custo da operação</u>		
Serviços de terceiros	(52)	(21)
Depreciação e amortização	(4.894)	(409)
Outros custos operacionais	(7)	-
Subtotal	(4.953)	(430)
Total	(7.448)	(2.162)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.384	4.293
Variações monetárias	-	3
Receita de cauções e depósitos vinculados	281	-
Atualização SPOT	9	-
Subtotal	4.674	4.296
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(6.667)	(3.287)
Variação monetária	(525)	-
Juros sobre arrendamento	(126)	-
Juros capitalizados no imobilizado em curso	2.155	(1.006)
Outras despesas financeiras	(86)	(27)
Subtotal	(5.249)	(4.320)
Total Líquido	(575)	(24)

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	37.678	-	37.678	-
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	3.014	-	4.521	-
Outras receitas	-	2.069	-	2.069
Outros ajustes	4.322	-	4.322	-
Base de cálculo	7.336	2.069	8.843	2.069
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.100)	(310)	(796)	(186)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(710)	(183)	-	-
Outros ajustes	-	50	-	(62)
IRPJ e CSLL corrente	(1.810)	(443)	(796)	(248)
IRPJ e CSLL diferido	202	(277)	110	(150)
IRPJ e CSLL no resultado	(1.608)	(720)	(686)	(398)
Alquota efetiva	21,9%	34,8%	7,8%	19,2%

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	39	39	37	37	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	37.379	37.379	27.175	27.175	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		265	265	-	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		2.391	2.391	2.117	2.117	Custo amortizado
Total		40.074	40.074	29.329	29.329	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		538	538	459	459	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	6	101.640	101.640	88.809	88.809	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		5.062	5.062	3.535	3.535	Custo amortizado
Dividendos a pagar		546	546	191	191	Custo amortizado
Total		107.786	107.786	92.994	92.994	

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	39	37
Investimentos de curto prazo	37.379	27.175
Contas a receber de clientes	265	-
Cauções e depósitos vinculados	2.391	2.117
Total	40.074	29.329

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	101.640	88.809
Caixa e equivalentes de caixa	(39)	(37)
Investimentos de curto prazo	(37.379)	(27.175)
Cauções (garantias de financiamentos)	(2.391)	(2.117)
Dívida líquida	61.831	59.480
Patrimônio líquido	136.390	105.687
Índice de alavancagem financeira	45%	56%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 6.5.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, esses valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 6. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	538	-	-	-	-	538	459
Empréstimos e financiamentos	3.130	8.384	21.243	30.649	103.863	167.269	159.959
Passivo de arrendamento	13	39	57	205	4.926	5.240	3.535
Dividendos a pagar	-	546	-	-	-	546	191
Total	3.681	8.969	21.300	30.854	108.789	173.593	164.144

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Investimentos de curto prazo	37.379	27.175
Cauções e depósitos vinculados	2.391	2.117
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(102.360)	(89.569)
Passivo de arrendamento	(5.062)	(3.535)
Totan	(67.652)	(63.812)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação.

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	37.379	1.910	2.867	3.820	4.777	5.730
Impacto no resultado			1.910	2.867	3.820	4.777	5.730
Total da exposição líquida			1.910	2.867	3.820	4.777	5.730

Cauções e depósitos vinculados	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Cauções e depósitos vinculados	CDI	2.391	122	183	244	306	367
Impacto no resultado			122	183	244	306	367
Total da exposição líquida			122	183	244	306	367

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
BNB	IPCA	(102.360)	(4.344)	(5.359)	(6.375)	(7.390)	(8.405)
Impacto no resultado			(4.344)	(5.359)	(6.375)	(7.390)	(8.405)
Total da exposição líquida			(4.344)	(5.359)	(6.375)	(7.390)	(8.405)

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custo de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contrato de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das Companhias do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Em agosto de 2023, houve uma ocorrência de nível nacional “apagão”, que impactou em grande escala geração de energia renovável, principalmente, no Nordeste brasileiro. Essa restrição, por decisões de segurança sistêmica do ONS, se manteve alta e frequente ao longo dos próximos meses, tendo impactos até o momento (dezembro).

Em função das restrições, que são *constrained-off* para usinas eólicas, em outubro, a ABEEólica conjuntamente com seus associados ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de *constrained-off*. Ainda em outubro, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.